

POLÍTICA

Derrubar integralmente o anteprojeto do relator Severo Gomes. Esta é a estratégia dos liberais contra os estatizantes na Comissão da Ordem Econômica. A votação começa às 20h30.

O debate econômico

O grupo liberal de constituintes da Comissão da Ordem Econômica deve derrubar integralmente, hoje, o anteprojeto do relator, senador Severo Gomes. O anteprojeto será lido às 15 horas e sua votação deve começar às 20h30, em meio a uma série de medidas de segurança, pois há grande mobilização de trabalhadores e proprietários rurais, entre outros grupos de pressão, que pretendem lotar os 964 lugares destinados ao público no plenário da Câmara dos Deputados.

As intensas negociações mantidas entre os grupos liberais e estatizantes, com a intervenção dos relator e do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, terminaram por representar muito mais a "concentração dos dois times para o jogo" de hoje, segundo definição de um dos constituintes ao revelar que não houve possibilidade de acordo em pontos básicos, o que levará a uma radicalização em plenário, com forte tendência de que os liberais e moderados repitam, na comissão temática, as vitórias obtidas nas três subcomissão que a compõem.

A estratégia dos liberais, que receberá na manhã de hoje, os acertos finais, em uma

reunião marcada para as 8 horas, no hotel Carlton, será a de, inicialmente, impor uma derrota ao senador Severo Gomes e as suas teses estatizantes e àquelas consideradas xenófobas (pelo nacionalismo exacerbado). A partir daí, serão votados, artigo por artigo, todos os três subtítulos que compõem o capítulo da Ordem Econômica, num processo longo e desgastante que o ex-ministro Delfin Netto (PDS-SP) prevê deva durar até a madrugada de domingo para segunda-feira, prazo fatal para entrega do projeto à Comissão de Sistema de Sistematização.

Ainda que impondo uma derrota inicial, os liberais pretendem abrir algumas de suas posições para teses que encontram apoio parcial no grupo oposto e acolher, inclusive, algumas propostas do relator. A convicção de vitória está baseada em documentos assinados pela maioria dos membros das três subcomissões (Princípios Gerais, Questão Urbana e Transportes e Reforma Agrária), comprometendo-se a votar em bloco nas propostas dos grupos liberais.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) garantiu a assinatura de 12 constituintes da subcomissão da Política Agrícola e Reforma Agrária. O relator da



Trabalhadores rurais, em Brasília: para pressionar os constituintes na votação da reforma agrária.

subcomissão da Questão Urbana e Transportes já havia conseguido a adesão, até o início da noite de ontem, de sete constituintes, esperando obter pelo menos mais um voto "fechado" para o grupo. Na comissão de Princípios Gerais, Regime de Propriedade do Subsolo, Intervenção do Estado e Atividade Econômica, o deputado Afif Domin-

gos (PL-SP) tem 14 votos para derrubar o projeto de Severo Gomes.

Depois de derrubado o projeto, haverá maior liberdade de votação, já que não há unanimidade em torno das emendas a serem votadas para substituir os artigos do texto de Severo Gomes. A radicalização, segundo alguns líderes dos liberais, deve-se à impossibilidade de acordo em questões como os limites da intervenção do Estado na Economia e em relação à imissão imediata de posse de propriedade rural desapropriada para fins de reforma agrária.

Os liberais exigem limites à intervenção do Estado, embora tenham cedido, nos contatos com o relator, na definição do conceito de empresa nacional. "O que o Severo quer é definir um cavalo sem saber para que ele serve, se para montar ou para carroça. Se vamos definir o que seja empresa nacional, precisamos definir porque, ou seja, esclarecer que, classificada assim, terá direito a tratamento preferencial, linhas de crédito subsidiado que às estrangeiras não serão concedidas", afirma Delfin Neto.

Os liberais também admitiram o acréscimo do gás natural e do transporte em ter-

ritório nacional ao monopólio estatal do petróleo; aceitaram consignar na nova ordem constitucional formas de proteção à empresa nacional, rechaçando, no entanto, a expressão reserva de mercado; e ainda estudou fórmulas conciliatórias para a imissão de posse para a reforma agrária, exigindo, no entanto, a apreciação do processo pelo Judiciário, ainda que sob regime especial de rito sumário.

A esquerda insiste na limitação da propriedade rural e exige imissão imediata da posse do imóvel rural desapropriado, sem possibilidade de recurso ao Judiciário, salvo para estabelecimento do justo preço. Este aspecto é inaceitável, segundo afirmaram Delfin Neto e Roberto Cardoso Alves, ambos citando a decisão inédita do Supremo Tribunal Federal, na quarta-feira, anulando a desapropriação de uma fazenda que havia sido distinguida pelo então ministro da Agricultura, Delfin Neto, com o prêmio de produtividade agrícola. "O que a esquerda quer é que um funcionário do Incra, que o procurador-geral da República acusa de instituição corrupta, tenha maior poder e maior discernimento que os ministros do Supremo Tribunal Federal", concluiu Roberto Cardoso Alves.

SOCIAL

Gabriel reapresenta seu polêmico relatório. Quase na íntegra.

Estabilidade no emprego para os servidores públicos após dois anos de admissão; erradicação de 40 horas semanais de trabalho; direito à greve preservando o funcionamento dos serviços essenciais; estatização dos serviços básicos de saúde, dando, porém, à livre iniciativa direito de organização e trabalho; intervenção do poder público nos serviços de saúde privados; criação de um fundo único para seguridade social, organização sindical e participação nos lucros da empresa. Estes são os principais pontos do relatório que o senador Almir Gabriel (PMDB-PA), relator da Comissão de Ordem Social, apresentará hoje aos 63 constituintes para votação.

Almir Gabriel revelou ter alterado em apenas uns 5% seu substitutivo, o que significa que rejeitou a maioria das 1.479 emendas apresentadas (cerca de mil ligadas à área trabalhista). E disse não ter uma estimativa dos votos com que poderá contar para a aprovação de seu relatório.

A maior preocupação da comissão vem sendo a falta de espaço da pequena sala onde será realizada a votação (prevista para terminar no domingo), que promete ser muito concorrida. O PT pretende levar, em massa, as principais lideranças dos trabalhadores.

ELEITORAL

Viana reafirma os cinco anos para José Sarney

Mandato presidencial de cinco anos — inclusive para o presidente José Sarney; mandato tampão para prefeitos; sistema distrital misto; Forças Armadas destinadas a manter a ordem interna e externa; estado de defesa e estado de sítio para garantir o Estado; e manutenção do Conselho de Segurança Nacional.

Estes são os pontos básicos do relatório do deputado Prisco Viana (PMDB-BA), relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e da Garantia das Instituições, texto que começa a ser votado hoje.

Viana confirmou ontem, em entrevista, a manutenção de todos os itens polêmicos de seu substitutivo, inclusive o mandato tampão para prefeitos e vereadores, como forma de garantir a coincidência de eleições nacionais em 1991. A esse respeito, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, negou ontem que o Palácio do Planalto tenha tido "qualquer influência na Constituinte, na inclusão de uma emenda relativa à prorrogação de mandatos de vereadores de municípios recém-criados e eleitos em 1986.

Ao rebater críticas de lideranças peemedebistas, Prisco Viana afirmou: "Se a liderança do PMDB quiser, que peça destaque para suas emendas".

DIREITOS

Bisol cede aos evangélicos, contra os homossexuais.

O senador José Paulo Bisol (PMDB-RS) cedeu às pressões do grupo de deputados evangélicos e retirou de seu anteprojeto a expressão "orientação sexual" que dava margem à liberalização homossexual no País e a substituiu pelo termo "orientação de comportamento". Bisol, que passou durante todo o dia no Prodasen dando os retoques finais no texto que começa a ser votado hoje às 15 horas, pela Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, assegura que a nova expressão não permite qualquer tipo de discriminação aos homossexuais.

O senador também retirou do anteprojeto o dispositivo que indiretamente permitia o aborto, ao afirmar que a vida intrauterina era de responsabilidade da mulher. Outra alteração, proposta pelo deputado Darcy Pozza (PDS-RS), modifica o dispositivo que tornava insuscetível de desapropriação os bens de uso particular e familiares. O novo dispositivo permite a desapropriação, desde que seja para fins de utilidade pública, com o pagamento do bem em dinheiro, à vista e a preço de mercado.

Em relação à dispensa de diploma para o exercício da profissão de jornalista, o senador nada alterou. Ele garante que não atinge os jornalistas.

COMUNICAÇÃO

Uma brecha para o Conselho Editorial

O relator da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), incluiu em seu substitutivo, que será votado hoje, o conselho editorial, já derrubado na subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Apesar de não estar expresso como "Conselho Editorial", o deputado abre uma grande brecha para sua instituição ao incluir no inciso 2º do artigo 42 — que trata da não-restrição à liberdade de imprensa exercida em qualquer meio de comunicação — que "as empresas e entidades de comunicação organizarão, com a participação de seus profissionais, o exercício da liberdade garantida no caput deste artigo".

O alerta foi feito pelo deputado Arolde de Oliveira (PFL-RJ), que se reuniu ontem com parlamentares desta comissão, para organizar uma maneira de "derrubar" o que considera abuso, como o conselho editorial, o conselho de comunicação — nos moldes propostos no substitutivo de Arthur da Távola — e a instituição do mecanismo da reserva de mercado.

O deputado acredita que, dos 64 parlamentares da Comissão, cerca de 34 estão praticamente fechados com as propostas discutidas pelo grupo.

EMPRESÁRIOS

Propostas sociais, um tema na Fiesp.

Os empresários continuam preocupados com o perfil do pensamento social que se está refletindo nos trabalhos de elaboração da nova Constituição. Por isso, passaram um bom tempo, ontem, debatendo a questão, em reunião dos 111 presidentes de sindicatos patronais na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Segundo o presidente da Comissão para Assuntos Legislativos da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Ruy Altenfelder, a Constituição precisa refletir, em relação a essas questões, a realidade, para poder ser exequível na prática.

Altenfelder salientou que os empresários mostraram que estão "firmes" no sentido de acompanhar, passo a passo, todas as gestões de cada comissão da Constituinte. "Estamos ainda preocupados com a questão social", ressaltou destacando a estabilidade de no emprego, o direito irrestrito de greve e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, como focos de sua preocupação.

Segundo Ruy Altenfelder, essas questões não deveriam ser reguladas por uma Constituição, e sim através da legislação ordinária ou de negociação direta entre capital e trabalho, "exatamente como começa a ocorrer".